

BOLETIM 2025



PGE
PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO PARÁ

Nº 450 - SETEMBRO, 27º ANO


ESAP@PGE.PA.GOV.BR | (91) 3344 - 2771
R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos, Belém/PA.



NOTÍCIAS

CAROLINA GLUCK PAUL ASSUME A PROCURADORIA- GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PGE/PA se despede da gestão de Ricardo Sefer, Procurador-Geral do Estado do Pará durante seis anos, que agora assume o comando da SEDUC/PA.



EDITORIAL

Olá!

A Escola Superior de Advocacia Pública da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (ESAP-PGE/PA) iniciou a agenda de eventos do mês de setembro (dia 05) com a cerimônia de acolhimento dos estagiários de graduação e pós-graduação selecionados no 13º Processo Seletivo Simplificado (PSS) do órgão. Na ocasião, a Procuradora do Estado Lilian Mendes Haber, Diretora da ESAP, em exercício, e a servidora Élide Guimarães Maia, Gerente de Recursos Humanos, explicaram o funcionamento da instituição e responderam dúvidas dos novos integrantes. O evento ocorreu no auditório Olyntho Contente e foi encerrado às 13h.

No dia 9 de setembro ocorreu o evento dedicado à peregrinação da imagem de Nossa Senhora de Nazaré. A cerimônia ocorreu no auditório, iniciando ao meio-dia, com a celebração presidida pelo padre Francisco Cavalcante, além de um breve discurso da Procuradora-Geral Ana Carolina Gluck Paul. O evento contou ainda com a participação do coral da PGE. Após, foi oferecido um almoço para confraternização dos membros da instituição.



No dia 11 de setembro, aconteceu, no auditório Olyntho Contente, reunião convocada pela Dra. Ana Carolina Gluck Paul, nova Procuradora-Geral do Estado do Pará. O evento marcou a investidura da primeira mulher a conquistar o mais alto posto da PGE/PA. A Procuradora-Geral iniciou sua fala apresentando oficialmente as novas Procuradoras-Adjuntas, as Dras.

Carla Nazaré Jorge Melém Souza e Lorena de Paula Rego Salman. Em seguida, dirigiu-se aos servidores, solicitando um voto de confiança para a nova gestão e reforçando sua disponibilidade para um diálogo aberto e transparente. Como demonstração prática desse compromisso, a Dra. Ana Carolina anunciou a criação de um canal específico – uma caixa de sugestões – para coletar críticas, elogios e ideias de todos os servidores, visando ao aprimoramento contínuo dos trabalhos desenvolvidos pela instituição.

No âmbito da Legislação Federal é relevante salientar a Emenda Constitucional nº 136, 2025, de 9 de setembro de 2025, que altera a Constituição Federal, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e a Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021, a fim de instituir limite para o pagamento de precatórios pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios e de estipular novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal com seus regimes próprios de previdência social e dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social; e dá outras providências.



Importante, ainda, mencionar, a Lei nº 15.215, de 18 de setembro de 2025, que dispõe sobre os procedimentos para a denominação de instituições públicas de ensino indígenas, quilombolas e do campo no território nacional, assim como o Decreto nº 12.626 de 17 de setembro de 2025, que trata sobre a qualificação da política federal de fomento a parcerias em empreendimentos públicos dos Estados e do Distrito Federal para recuperação e manutenção de rodovias no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

No panorama do ordenamento jurídico estadual paraense é imperioso registrar a Emenda à Constituição do Estado do Pará nº 98, de 02 de setembro de 2025, que promove alterações no artigo 151 da Carta Estadual.

Além disso, importa ressaltar que foi promulgada a Lei nº 11.139, de 2 de setembro de 2025, que institui o mês de agosto como o Mês do Letramento Racial no Estado do Pará, com o objetivo de incentivar a formação continuada de uma cultura crítica sobre as questões raciais e o combate ao racismo estrutural da sociedade. Ainda na esfera de políticas de inclusão, destaca-se a Lei nº 11.185, de 26 de setembro de 2025, que institui a política de atendimento personalizado e acessível para pessoas surdas, assegurando maior equidade no acesso aos serviços públicos.

Cumpramos ainda destacar o disposto no Decreto s.n. de 02 de setembro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado nº 36.350, de 03 de setembro de 2025, por meio do qual o Senhor Governador do Estado, com base no art. 135, inciso XIV, da Constituição Estadual, nomeou a Senhora Ana Carolina Lobo Gluck Paul para exercer o cargo de Procuradora-Geral do Estado.

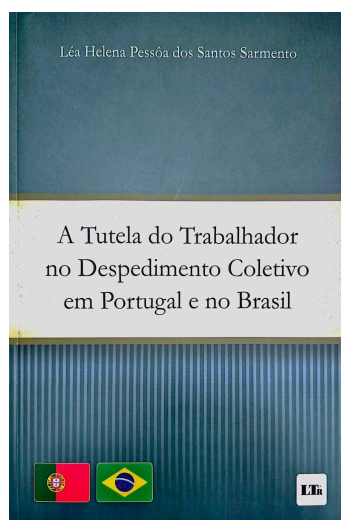
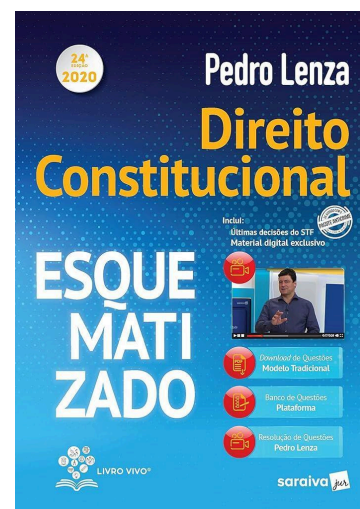
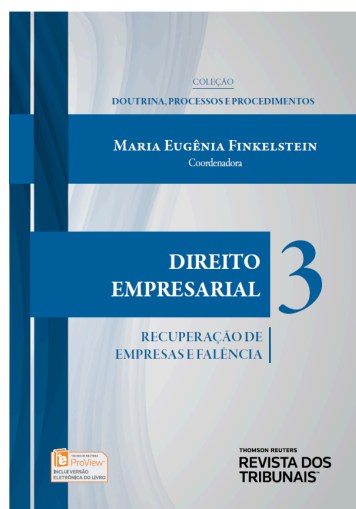
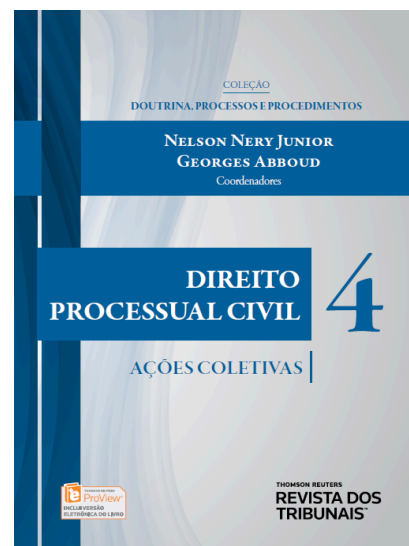
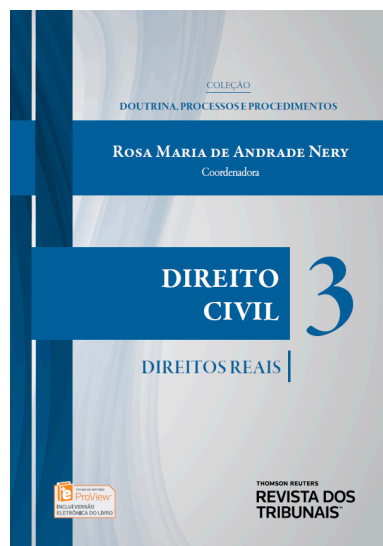
No âmbito da legislação interna da PGE/PA, cumpre fazer referência à Portaria nº 686/2025-PGE.G, de 19 de setembro de 2025. O mencionado ato normativo tornou públicas as metas das Unidades de Trabalho do órgão, previstas para execução ao longo do 3º quadrimestre de 2025, no contexto do processo de Avaliação de Desempenho Institucional.

Além disso, cabe acrescentar a implementação da Portaria nº 230/25-GAB/DG/PCE/PA, de 25 de setembro de 2025, a qual dispõe diretrizes para a padronização do recebimento de solicitações e ordens judiciais encaminhadas à Polícia Científica do Estado do Pará (PCE/PA) por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado.

A edição de 30 de agosto de 2025 da prestigiada Revista Eletrônica de Direito Processual traz à luz um artigo de singular relevância para o direito processual contemporâneo: “Honorários Autocompositivos e o Interesse Público na Percepção de Honorários: Uma Reflexão sobre a Atuação Resolutiva a Partir da Experiência do Estado do Pará”. Tal obra é de autoria do Procurador do Estado Thiago Vasconcellos Jesus, do Procurador-Chefe do Trabalho da 8ª Região, Sandoval Alves da Silva, e do Procurador do Estado do Pará e Diretor da Consultoria Jurídica de Estado da Fazenda, Enore Correa Monteiro. O cerne da discussão proposta pelos autores reside em analisar se a conduta do advogado particular – ao abandonar ou não empenhar-se suficientemente em uma tentativa de solução autocompositiva – pode, em tese, afastar a sucumbência do poder público e, por consequência, os honorários do advogado demandista.

Agradecemos as doações recebidas no mês de setembro. Recebemos a Revista de Informação Legislativa [nº 246](#), vol. 62 de abril a junho de 2025, o livro “A tutela do trabalhador no despedimento coletivo em Portugal e no Brasil”, de autoria de Léa Helena Pessoa dos Santos Sarmento, doado pela servidora Alessandra Mendonça, bem como, os livros “Direito civil: direitos reais” vol. 3, “Direito empresarial: recuperação de empresas e falência” vol. 3, “Direito processual civil: ações coletivas” vol. 4, “Leis civis: comentadas e anotadas” dos autores Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery e “Direito constitucional esquematizado” do autor Pedro Lenza, doados pelo Procurador do Estado Jair Marocco.

Boa leitura!



SUMÁRIO

1 EDITORIAL	1
2 CALENDÁRIO DE EVENTOS	6
2.1 EVENTOS INTERNOS	6
2.2 EVENTOS EXTERNOS	6
3 DOUTRINAS EM DESTAQUE	7
3.1 CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	7
3.2 FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	7
3.3 DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	8
3.4 CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	8
3.5 TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	9
4 EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO	10
5 ALERTA JURIS	11
6 BIBLIOTECAS DIGITAIS	12

CALENDÁRIO DE EVENTOS

EVENTOS INTERNOS

EVENTO	FORMATO	DATA	ORGANIZADOR
CORAL DA PGE- ENSAIO	PRESENCIAL	02, 09, 16, 23 e 30/10/2025	ESAP
MEDITAÇÃO	PRESENCIAL	02, 09, 16, 23 e 30/10/2025	ESAP
OFICINA PEGADA DE CARBONO	HÍBRIDO	03/10/2025	ESAP
OFICINA CADEIAS PRODUTIVAS DA ECONOMIA VERDE	HÍBRIDO	31/10/2025	ESAP

EVENTOS EXTERNOS

EVENTO	FORMATO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
3ª CONEXÃO ZÊNITE	PRESENCIAL	05 A 07/11/2025	ZÊNITE	ACESSE AQUI
SEMINÁRIO DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM A LEI Nº 14.133/2021	PRESENCIAL	10 E 11/11/2025	ZÊNITE	ACESSE AQUI
CURSO COMPLETO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DOS CONTRATOS	HÍBRIDO	17 A 19 E 24 A 26/11/2025	ZÊNITE	ACESSE AQUI
AUDITORIA GOVERNAMENTAL, CONTROLES INTERNO E EXTERNO, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS	PRESENCIAL	02 A 05/12/2025	ESAFI	ACESSE AQUI

IA APLICADA ÀS CONTRATAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E ESTATAIS	ONLINE	02 A 05/12/2025	ZÊNITE	ACESSE AQUI
CURSO REFORMA TRIBUTÁRIA E OS IMPACTOS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	ONLINE	08 A 12/12/2025	JML	ACESSE AQUI

DOUTRINAS EM DESTAQUE

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

[A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO JURÍDICO DE LIBERDADE](#)

Sarah Santos Lavinias

[DUE DILIGENCE COMO PILAR DA INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – O PAPEL DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO SOB A LEI Nº 14.133/2021](#)

Felipe Moreira Silva

[O RACISMO E A SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES NEGROS – CAUSAS, EFEITOS E SOLUÇÕES](#)

Kátia Magalhães Arruda, Matheus Elias Hanna

[SAÚDE SOB CONTROLE – O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PARAENSE FRENTE ÀS POLÍTICAS DE SAÚDE](#)

Maria Stela Campos da Silva, Bruna Iris Rodrigues Paula, Luiz Alberto Cerbino da Cunha Junior

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

[DIFERENÇAS ENTRE ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA E COMERCIAL: ANÁLISE COMPARATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 2.791/2022 COM A LEI Nº 9.307/1996](#)

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Neto

[LEI COMPLEMENTAR Nº 208/2024 E ESTUDO ECONÔMICO PELA APLICAÇÃO DA TEORIA DOS JOGOS](#)

Daniel da Silva Almeida, Fredy Louis Teixeira Beshara

O DIREITO FINANCEIRO NA MODERNIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: DINAMISMO CONTRATUAL, EMPENHOS POR DEMANDA E A LEI Nº 14.133/2021

Járede Wilvi de Sousa Queiroz

TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA COMO MÉTODO EXTRAJUDICIAL DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Rogério Luiz dos Santos Terra, Daniela Franulovic

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO À MEMÓRIA E AO ESQUECIMENTO NA IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Patrícia Felizalle Guimarães

GOVERNANÇA PÚBLICA EM MUNICÍPIOS MINERADORES DO PARÁ: INDICADORES, IMPORTÂNCIA E DESAFIOS

Cauet de Araújo Corrêa Formigosa, Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, RISCOS INTERCONECTADOS E MOBILIDADE HUMANA

Alessandra Lehmen

O DESASTRE DE MARIANA E SUAS REPERCUSSÕES NORMATIVAS - UMA NOVA PORTA DE GESTÃO DIALÓGICA DO CONFLITO

Thiago Vasconcellos Jesus, Lyssandro Norton Siqueira

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

A TEORIA ACTIO NATA E SUA RESSIGNIFICAÇÃO NA ERA DIGITAL

Douglas Belanda, Ana Elizabeth Lapa Wanderley Cavalcanti

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA NA AÇÃO DE DENÚNCIAÇÃO DA LIDE PREJUDICADA

Carlos Henrique Licheski Klein, Lucas da Silva Bill

HONORÁRIOS AUTOCOMPOSITIVOS E O INTERESSE PÚBLICO NA PERCEPÇÃO DE HONORÁRIOS: UMA REFLEXÃO SOBRE ATUAÇÃO RESOLUTIVA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ

Thiago Vasconcellos Jesus, Sandoval Alves da Silva, Enore Correa Monteiro

SEGURANÇA JURÍDICA E FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: PARÂMETROS DE COERÊNCIA, CONFIANÇA E RACIONALIDADE NO PROCESSO CIVIL

Angélica Socca Cesar Recuero, Murilo Henrique Garbin, Raphael Silva Rodrigues

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 113/21 E A APLICAÇÃO DA TAXA SELIC ÀS DISCUSSÕES QUE ENVOLVAM A FAZENDA PÚBLICA

Emerson Costa Lemes

NATUREZA JURÍDICA E FUNÇÃO DO ENTE SINDICAL: COMO O DIREITO VÊ AS FUNÇÕES DO SINDICATO? DIREITO PRIVADO OU DIREITO PÚBLICO? ESSA É UMA QUESTÃO CENTRAL QUE PASSA TAMBÉM PELA ANÁLISE DE CADA ESTADO

Luiz Eduardo Gunther

MANDADO DE SEGURANÇA COMO AÇÃO PARA TUTELAR DIREITOS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA

Daniel Machado da Rocha

TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADO PÚBLICO CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI Nº 15.175/2025

Gustavo Filipe Barbosa Garcia

EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO – SETEMBRO 2025

EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO NACIONAL SETEMBRO 2025	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL SETEMBRO 2025	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO PGE/PA SETEMBRO 2025	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES SETEMBRO 2025	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM

ALERTA JURIS



PARA ACESSAR O ALERTA, CLIQUE AQUI:

ALERTA JURIS Nº [31/2025](#)

ALERTA JURIS Nº [32/2025](#)

ALERTA JURIS Nº [33/2025](#)

ALERTA JURIS Nº [34/2025](#)

ALERTA JURIS Nº [35/2025](#)

BIBLIOTECAS DIGITAIS

PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO

- Periódicos; Livros Eletrônicos



REVISTAS DOS TRIBUNAIS ONLINE

- Periódicos; Doutrinas; Jurisprudências



LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas e Jurisprudências



ZÊNITE

- Legislações; Doutrinas e Jurisprudências.



Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

Apoio:

Ana Margarida Vianna, Luciano Júnior Silva da Silva, Gustavo Lima da Silva, Louise Letícia Wanzeler, Isadora Maria de Abreu Oliveira, Gabryelly dos Santos Braga e Edvan de Souza Silva.

Fechamento desta edição: 30/09/2025.

